

Condições de Trabalho e Saúde de Trabalhadores da Socioeducação: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Autoria

Celina Bastos - celinabastos.psi@gmail.com

Programa de Pós Graduação de Psicologia / UFPR - Universidade Federal do Paraná

Camila Bruning - Camila.bruning@gmail.com

Ppgpsi Programa de Pós Graduação em Psicologia / UFPR - Universidade Federal do Paraná

Carolina de Souza Walger - carol@walger.com.br

Psicologia / UP - Universidade Positivo

Resumo

A política pública de medidas socioeducativas no Brasil tem por objetivo atuar com adolescentes autores de atos infracionais de modo pedagógico, privilegiando a educação e não a punição, o que revela a importância do papel do educador na implementação desses programas. O presente trabalho teve como objetivo analisar quais são as pesquisas empíricas realizadas com trabalhadores da socioeducação, em território brasileiro, publicadas em periódicos da área da Psicologia. Para tanto realizou-se uma Revisão Sistemática da Literatura, conforme modelo PRISMA. Os resultados revelam 11 artigos, os quais se sustentam em 6 perspectivas diferentes: (i) Psicanálise; (ii) Teoria das Representações de Moscovici; (iii) Teoria Cognitivo-Comportamental; (iv) Psicologia Sócio-histórica – teoria bakhtiniana; (v) Teoria foucaultiana; (vi) Terapia Ocupacional. Nesses artigos, diferentes questões são abordadas, como: (i) o mal-estar dos trabalhadores; (ii) suas concepções de adolescência; (iii) responsabilização do trabalhador da socioeducação; (iv) sexualidade; (v) mudanças de práticas; (vi) capacitações; (viii) violência escolar; e (viii) autoridade. Como conclusão observa-se que existem poucas produções científicas brasileiras sobre o trabalhador da socioeducação e menos ainda produções com foco exclusivo neste trabalhador e em seu contexto de trabalho e situação de saúde e/ou sofrimento no trabalho.

Condições de Trabalho e Saúde de Trabalhadores da Socioeducação: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Resumo

A política pública de medidas socioeducativas no Brasil tem por objetivo atuar com adolescentes autores de atos infracionais de modo pedagógico, privilegiando a educação e não a punição, o que revela a importância do papel do educador na implementação desses programas. O presente trabalho teve como objetivo analisar quais são as pesquisas empíricas realizadas com trabalhadores da socioeducação, em território brasileiro, publicadas em periódicos da área da Psicologia. Para tanto realizou-se uma Revisão Sistemática da Literatura, conforme modelo PRISMA. Os resultados revelam 11 artigos, os quais se sustentam em 6 perspectivas diferentes: (i) Psicanálise; (ii) Teoria das Representações de Moscovici; (iii) Teoria Cognitivo-Comportamental; (iv) Psicologia Sócio-histórica – teoria bakhtiniana; (v) Teoria foucaultiana; (vi) Terapia Ocupacional. Nesses artigos, diferentes questões são abordadas, como: (i) o mal-estar dos trabalhadores; (ii) suas concepções de adolescência; (iii) responsabilização do trabalhador da socioeducação; (iv) sexualidade; (v) mudanças de práticas; (vi) capacitações; (viii) violência escolar; e (viii) autoridade. Como conclusão observa-se que existem poucas produções científicas brasileiras sobre o trabalhador da socioeducação e menos ainda produções com foco exclusivo neste trabalhador e em seu contexto de trabalho e situação de saúde e/ou sofrimento no trabalho.

Palavras-Chave: Socioeducação; Agente de Socioeducação; Trabalhador da Socioeducação; Revisão Sistemática da Literatura; Método Prisma.

Introdução

A política pública de medidas socioeducativas no Brasil é operacionalizada no âmbito estadual e tem por objetivo atuar com adolescentes autores de atos infracionais, de modo pedagógico, visando a reintegração à sociedade. A política da socioeducação no Brasil decorre da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que altera de forma significativa dispositivos jurídicos anteriores pautados no controle e exclusão social, e passa a sustentar a Doutrina da Proteção Integral. A promulgação do ECA se desdobrou em mudanças de reflexões e paradigmas, as quais refletiram no sistema jurídico e práticas institucionais relacionadas aos atos infracionais. Em 1991, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CONANDA), sendo o órgão responsável por deliberar sobre as políticas de atenção à criança e ao adolescente (Brasil, 2006).

Em 2006 o CONANDA, em conjunto com outras secretarias federais, apresentou a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), tendo em vista o contexto da juventude brasileira e daqueles em conflito com a lei, os quais são submetidos a situações de vulnerabilidade, que permeiam a desigualdade social, a mortalidade juvenil e a violência (Brasil, 2006). O SINASE foi instituído por meio da Lei 12.594/2012, a qual estabelece a política pública que regulamenta a execução de medidas socioeducativas de caráter pedagógico, as quais podem ser cumpridas por meio de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

Os Centros de Socioeducação (CENSEs) destinam-se aos jovens em cumprimento da medida judicial de internação e/ou internação provisória e visam desenvolver ações sustentadas nos princípios dos direitos humanos. A educação, e não a punição, passam a ser o foco das medidas socioeducativas com os adolescentes autores de atos infracionais. Ao entender que a educação é um processo social no qual os indivíduos não só aprendem no foro individual, mas também através das trocas e interações sociais (Bisinoto, et al. 2015), então é possível compreender a importância do papel do educador e do peso que essa função carrega ao participar da educação de jovens em conflito com a lei. Esse contexto justifica o interesse em

melhor compreender as condições de trabalho e a realidade dos trabalhadores que executam as medidas socioeducativas nos CENSEs.

Nos arquivos oficiais do Estado sobre os programas de socioeducação aplicados em nível federal, muito se diz sobre as condições dos jovens, os ideais que devem ser estabelecidos como parâmetros de ação, sobre condutas e intervenções, mas pouco se debruça sobre o outro lado do funcionamento dessas instituições: os trabalhadores que a fazem funcionar, seja na condição de professores, agentes de segurança ou equipe técnica. O mesmo acontece com o referencial teórico existente. Os artigos científicos publicados sobre a socioeducação, em geral, aprofundam sobre a política pública, suas possibilidades de aplicação, os cuidados que devem ser tomados pelos profissionais que a executam, bem como pelo sistema jurídico e educacional presentes nas políticas do Estado. Indubitável a importância e a preocupação com a população para quem esses serviços são oferecidos, uma vez que se tratam de adolescentes cuja realidade social se apresenta distante dos privilégios que a Constituição ou que o ECA propagam para todos, porém se faz necessário frisar a importância e a preocupação que devem se voltar, também, para aqueles que fazem os programas de socioeducação realmente acontecer, cotidianamente.

Considerando, portanto, a escassez de investigações que tenham como população de estudo os trabalhadores da socioeducação, uma revisão sistemática de literatura (RSL) se apresentou como relevante para identificar o que já foi produzido a respeito da temática, a fim de ocasionar novas perguntas para novas pesquisas, bem como sistematizar o conteúdo já produzido. O intuito inicial de realizar uma RSL ocorreu com o interesse em saber o que havia na produção de pesquisa científica brasileira a respeito do trabalhador da socioeducação, suas condições de trabalho, saúde e subjetividade.

A presente revisão sistemática de literatura apresenta como objetivo analisar quais são as pesquisas empíricas realizadas com trabalhadores da socioeducação, em território brasileiro, publicadas em periódicos da área da Psicologia. Para tanto utilizou-se como fontes de dados as bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic); os critérios de elegibilidade dos estudos selecionados foram (i) pesquisas empíricas com a participação de profissionais da socioeducação de centros de internação, (ii) aplicadas no contexto brasileiro e (iii) publicadas em periódicos da área da Psicologia. O método de avaliação e síntese de estudos foi uma adaptação do modelo PRISMA de Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análise (Galvão et al, 2015).

Os resultados da RSL apontam que existem pelo menos 11 artigos científicos brasileiros que retratam pesquisas empíricas com trabalhadores da socioeducação. Estes trabalhos trabalham com a temática a partir de pelo menos 6 perspectivas diferentes: (i) Psicanálise; (ii) Teoria das Representações de Moscovici; (iii) Teoria Cognitivo-Comportamental; (iv) Psicologia Sócio-histórica – teoria bakhtiniana; (v) Teoria foucaultiana; (vi) Terapia Ocupacional. Além disso, foi possível identificar que tais artigos abordam diferentes questões referentes ao contexto de trabalho na socioeducação e à saúde/condição de vida dos trabalhadores, este texto propõe sistematizá-los em: questões relacionadas a (i) o mal-estar dos trabalhadores; (ii) suas concepções de adolescência; (iii) responsabilização do trabalhador da socioeducação; (iv) sexualidade; (v) mudanças de práticas; (vi) capacitações; (viii) violência escolar; e (viii) autoridade. A RSL permite concluir que existem poucas produções científicas brasileiras sobre o trabalhador da socioeducação e menos ainda produções que foquem exclusivamente neste trabalhador e em seu contexto de trabalho e situação de saúde e/ou sofrimento no trabalho. As implicações das principais descobertas desta pesquisa permitem a formulação novas questões norteadoras para futuros estudos sobre a referida classe de trabalhadores e propõe para tal uma agenda de pesquisa.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira, além desta seção inicial que apresenta o tema, objetivos e justificativa do trabalho, na segunda seção estão apresentados os

procedimentos metodológicos utilizados para a realização da RSL. Os resultados obtidos através da extração dos dados de cada artigo e a discussão estão apresentadas na terceira seção, e, finalmente, na seção quatro, são apresentadas as conclusões do trabalho, considerações e proposta um agenda de pesquisa sobre a temática.

Procedimentos Metodológicos

Tendo em vista o objetivo de analisar quais são as pesquisas empíricas realizadas com trabalhadores da socioeducação, em território brasileiro, o procedimento metodológico adotado foi a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), adaptada do método Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA). Detalhes sobre a operacionalização do método PRISMA podem ser encontrados no trabalho de Galvão, Pansani e Harrad (2015).

Quanto às **fontes de informação** (Galvão et al, 2015) tem-se que as fontes utilizadas para a realização da RSL que aqui se apresenta foram as bases Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic). A escolha por estas plataformas de pesquisa se deu pelo interesse de identificar produções da área de Psicologia, Ciências Humanas e áreas afins, bem como pelo fato de tratar-se de bases de acesso público e gratuito.

Quanto às **buscas e critérios de elegibilidade** (Galvão et al., 2015) foram considerados artigos (i) com pesquisas empíricas com a participação de profissionais da socioeducação; (ii) publicados em periódicos da área de Psicologia; (iii) a partir de estudos realizados em território brasileiro – uma vez que se pretendia levantar produções acerca dos trabalhadores do sistema de socioeducação nacional; (iv) que levantassem representações, opiniões e considerações dos trabalhadores a respeito do trabalho em centros de socioeducação de internamento.

Não foram delimitadas datas de publicação na seleção de artigos, uma vez que a temática da socioeducação é relativamente nova no contexto brasileiro (Bisinoto, et al. 2015). Contudo, a última busca foi realizada no mês de agosto de 2020, sendo considerados trabalhos publicados até então. Os termos de busca utilizados foram: socio-educacion; socio-educadores; socio-education; socio-educational contexto; socio-educational institutions; socio-educational measure; socio-educational measures; socio-educational practices; socio-educational programs; socio-educational psychodrama; socio-educational security agente; socio-educational system; socioeducaa; socioeducaa\$a&o; socioeducacao; socioeducacia; socioeducacia³n; socioeducacion; socioeducacionais; socioeducacional; socioeducadores; socioeducandos; socioeducasional; socioeducasional care; socioeducasional responsibility; socioeducation; socioeducational; socioeducational measures; socioeducational measures of internment; socioeducativa; socioeducativas; socioeducative; socioeducative measure; socioeducative measures; socioeducative program; socioeducatives; socioeducativo e; socioeducativos. Foram utilizados termos que pudessem abranger textos publicados em inglês ou espanhol. Na busca realizada na base de dados SciELO foram adicionados filtros por área temática, sendo aceitos resultados apenas das áreas da Psicologia. Nessa primeira fase foram identificados um total de 511 trabalhos que abordavam a temática da socioeducação, sendo 377 na base de dados SciELO e 134 na base de dados Pepsic.

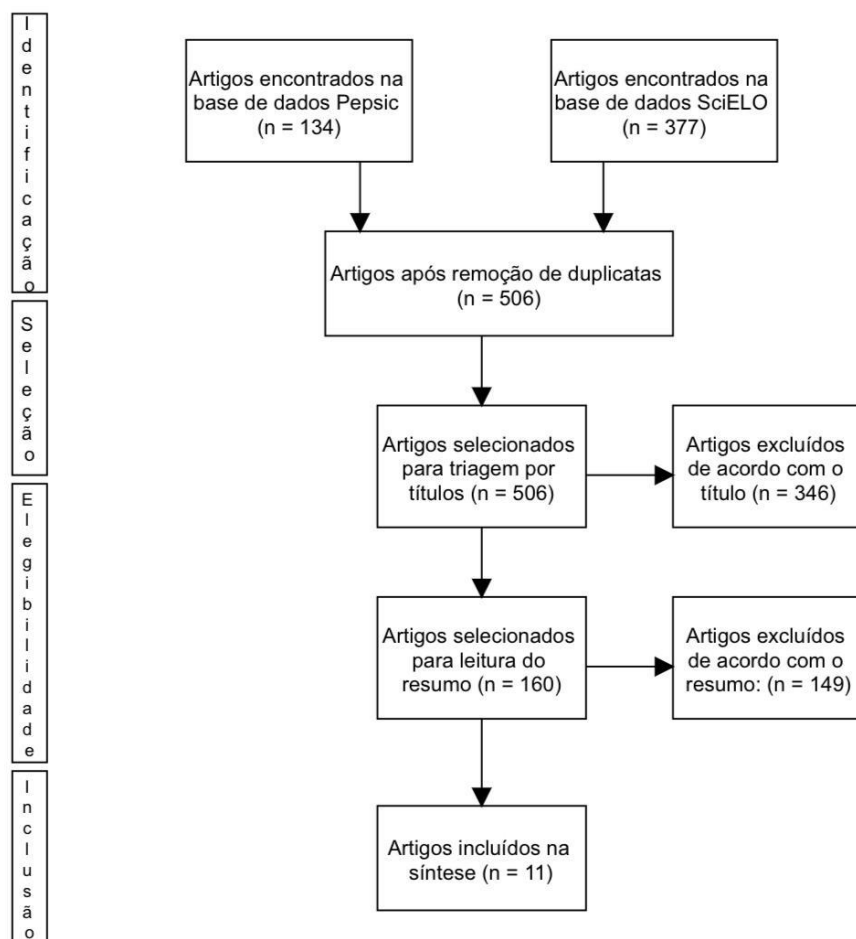
Depois do levantamento inicial foi realizada a triagem dos artigos pela leitura dos títulos. Foram utilizados como critérios de exclusão tratar-se de trabalhos realizados somente com os adolescentes, pesquisas realizadas exclusivamente em medidas de socioeducação de meio aberto e semiliberdade, pesquisas realizadas fora do contexto brasileiro e revisões de literatura. Após essa triagem inicial foram selecionados 94 trabalhos da base de dados SciELO e 71 trabalhos da base de dados Pepsic, totalizando 165 artigos.

Na sequência procedeu-se com a leitura dos resumos dos 165 artigos selecionados, sendo aplicados novamente os mesmos critérios de exclusão da triagem inicial. Restaram

selecionados dessa fase 11 artigos para compor a RSL. A Figura 1 apresenta o fluxo de etapas de identificação e seleção de trabalhos para compor a RSL.

Após a identificação e seleção dos trabalhos, a etapa seguinte de análise de RSL consistiu na leitura na íntegra dos 11 artigos selecionados, na qual se buscou identificar fatores de análise. Em vistas a compreender o contexto de produção dessas pesquisas buscou-se identificar (i) quem são seus autores, (ii) suas formações e atividades, (iii) o ano de publicação dos artigos, (iv) os periódicos em que os trabalhos foram publicados e suas classificações qualis. Para compreender os procedimentos metodológicos por meio dos quais as pesquisas foram realizadas, buscou-se identificar: (v) o público estudado (se trabalhadores da socioeducação, de qual estado brasileiro), e (vi) o tipo de pesquisa realizada. Por fim, com foco em compreender o que já se evidenciou e se concluiu sobre as condições de trabalho e de saúde de trabalhadores da socioeducação, buscou-se identificar: (vii) os objetivos dos trabalhos, (viii) as abordagens da psicologia ou os marcos teóricos já utilizados nas pesquisas, e (ix) as principais conclusões de cada estudo. Na próxima seção serão apresentados os resultados da revisão sistemática de literatura.

Figura 1: Fluxo de etapas de identificação e seleção de trabalhos



Resultados e Discussão

Na Tabela 1 estão apresentados o (i) título; (ii) os autores, suas formações e atividades; (iii) o ano de publicação; e a (iv) revista com sua classificação Qualis; em que os artigos

selecionados foram publicados. A exposição dos 11 artigos foi organizada de forma decrescente do ano de publicação.

Tabela 1: Título, autor, ano e revista de publicação dos artigos analisados

Título	Autor	Ano	Revista
01. A escuta- <i>flânerie</i> como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e socioeducação	1. Gurski, Rose Psicanalista, membro da APPOA. Professora e coordenadora do Programa de Pós Graduação da UFRGS. Autora do livro <i>Três ensaios sobre juventude e violência</i> (2012). Organizadora do livro Quando a Psicanálise encontra a socioeducação (2019)	2019	Tempo Psicanalítico. Qualis A2
02. Corpos Trans na Medida Socioeducativa de Internação: Desestabilizando Práticas e Produzindo Novidades.	1. Garcia, Aline Monteiro Professora na Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro – RJ. Brasil. Psicóloga no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro 2. D'Angelo, Luisa Bertrami Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2019	Psicologia: Ciência e Profissão Qualis A2
03. Autopercepção dos profissionais do sistema socioeducativo do Distrito Federal/Brasil a partir de um processo de formação sobre drogas e direitos humanos.	1. Oliveira, Tayane Medeiros de. Terapeuta Ocupacional. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde da Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília 2. Silva, Maria de Nazareth R. M. de O. Terapeuta Ocupacional. Professora Adjunta do curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília (FCE/UnB). Coordenadora Adjunta do Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da FCE/UnB 3. Souza, Daniela Ketlyn P. de. Sanitarista pela Faculdade de Ceilândia da Universidade de Brasília (FCE/UnB). Coordenadora de estagiários bolsistas do Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da FCE/UnB 4. Souza, Flávia Virgínia de Lima Coordenadora de Território do Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da FCE/UnB 5. Gallassi, Andrea Donatti Professora Adjunta III da FCE/UnB e do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde da FCE/UnB. Coordenadora Geral do Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da FCE/UnB	2018	Pesquisas e Práticas Psicossociais Qualis B2
04. Evaluation of the Implementation of Brief Interventions to Substance Abuse in a Socieducative Context	1. Silva, Maria Angélica Alves da. Mestre e Doutorando em Educação e Saúde na Infância e Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo. Psicóloga na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente 2. Micheli, Denise de. Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista (1996), Doutora em Ciências (2000) pós-doutora em Ciências (2001). Professora associada da UNIFESP	2018	Psicologia em Pesquisa Qualis B1

	3. Andrade, André Luiz Monezi. PUC Campinas Psicólogo, docente permanente dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia e LIMAR (Linguagens, Mídia e Arte) da PUC-Campinas.		
05. O agente de segurança socioeducativo: reflexões sobre a relação adulto e adolescente no contexto socioeducativo.	1. Albuquerque, Bruna Simões de. Mestra em Psicologia – Psicopatologia e Estudos Psicanalíticos, Universidade de Strasbourg, França.	2017	Psicologia em Revista Qualis A2
06. A socioeducação nos tempos de cólera.	1. Mota, Evanilda Bulcão. Psicóloga. Coordenadora de Segurança da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC. (2015-2018)	2016	Revista EPOS Qualis B3
07. Para além da punição: (re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa	1. Valente, Fernanda Pinheiro Rebouças Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). 2. Oliveira, Maria Cláudia S. L. de Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ); Professora do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Laboratório de Microgênese das Interações Sociais (LABMIS) da Universidade de Brasília (UnB).	2015	Estudos e Pesquisas em Psicologia Qualis A2
08. Intervenção cognitivo-comportamental em grupo de socioeducadores: um relato de experiência	1. Palma, Priscila de Camargo. Psicóloga pela FAG. Especialista em TCC pelo IPTC. Mestranda em Psicologia pela FFCLRP-USP. 2. Neufeld, Carmen Beatriz. Professora doutora da FFCLRP-USP.	2011	Revista Brasileira de Terapias Cognitivas Qualis B2
09. A Violência Escolar no Contexto de Privação de Liberdade.	1. Silva, Joelma Oliveira. Mestrado em Psicologia. Docente da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana, Bahia. 2. Ristum, Marilena Graduação em Psicologia. Doutorado em Educação. Docente da Universidade Federal da Bahia	2010	Psicologia Ciência e Profissão Qualis A2
10. Mudança das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários	1. Lima, Rita de Cássia Pereira Graduada em Terapia Ocupacional. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, SP Doutora em Ciências da Educação.	2006	Psicologia & Sociedade Qualis A2
11. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei	1. Espíndula, Daniel Enrique Pereira Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES Santos, Maria de Fátima de Souza Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da EFPE	2004	Psicologia em Estudo Qualis A1

Em relação aos autores é possível perceber que a maior parte é da área da Psicologia, tendo também autores da área da Educação e da Terapia Ocupacional. A maioria possui mestrado ou doutorado, ou estava em algum programa de pós-graduação no período da publicação de seus artigos. E, de acordo com os dados obtidos nos artigos e na plataforma Lattes, três autoras fizeram ou fazem parte de cargos relacionados à política pública da socioeducação.

Dos periódicos nos quais os artigos foram publicados, somente um deles se repete, Psicologia: Ciência e Profissão, com uma publicação em 2010 e outra em 2019. Vale destacar que 7 são publicações de Qualis A (1 e 2) e 4 são de publicações Qualis B (1, 2 e 3). As classificações apresentadas são da área de avaliação de Psicologia, do quadriênio 2013-2016 (classificação mais recente disponível à época de realização desta pesquisa). O Qualis consiste em uma avaliação e classificação de qualidade de produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação, através da classificação dos veículos de divulgação de produção científica, os periódicos. Isso não significa que periódicos com avaliação B3, por exemplo, não tenham artigos de qualidade, mas apenas que as citações de seus artigos não são extensamente utilizadas, ou que o periódico não tem publicações em outros idiomas (Barradas Barata, 2016). De todo modo, a maior parte dos artigos presentes nessa revisão foram publicados em periódicos classificados com excelência internacional (A1 e A2), excelência nacional (B1 e B2) e relevância média (B3).

Vale destacar que os estudos da socioeducação ainda estão em desenvolvimento, o que é possível verificar através das datas de publicação dos artigos analisados. Dos 11 selecionados, 7 são de publicações pós 2015 e 2 são estudos realizados antes de 2010. Outro ponto importante de destacar são as nomenclaturas utilizadas. Nos estudos de Lima (2006) e de Silva e Ristum (2010), os locais de internação dos adolescentes são referidos como Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM), nomenclatura essa utilizada antes da promulgação do ECA. No artigo de Espíndula (2004), apesar de publicado previamente aos dois mencionados, a nomenclatura utilizada já é outra (Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC), uma vez que o Estado de Pernambuco altera o nome em 1990 (Lei Complementar Nº 3, Artigoº 17, de 22 de Agosto de 1990), seguido de outros estados do Nordeste (Silva, 2014). Outro ponto a se observar é o caráter de transição demonstrado nos artigos 10 e 11, das antigas práticas instituídas durante a ditadura militar, ou prévias a ela, e as práticas que devem ser realizadas após a publicação do ECA.

Na Tabela 2 estão organizados os dados referentes a (i) objetivo da pesquisa; (ii) tipo de pesquisa realizada; (iii) estado no qual a pesquisa foi realizada; (iv) população estudada (agentes de socioeducação, professores, equipe técnica); e (v) a abordagem psicológica ou o marco teórico utilizado. Os artigos estão identificados pelo número designado na Tabela 01.

Tabela 2: Objetivo, tipo de pesquisa, local, população e embasamento teórico dos artigos analisados

	Objetivos	Tipo de pesquisa	Local de pesquisa	População estudada	Abordagem psicológica ou marco teórico
01	Compreender o mal-estar dos trabalhadores da socioeducação através da <i>escuta-flânerie</i>	Pesquisa intervenção em psicanálise	Rio Grande do Sul	Agentes socioeducadores	Psicanálise
02	Discutir como a chegada e uma jovem trans em uma unidade feminina de socioeducação movimenta e produz tensões na equipe de trabalho.	Pesquisa intervenção método cartográfico	Rio de Janeiro	Servidores em geral, porém com destaque aos agentes socioeducadores	Análise Foucaultiana do Discurso

03	Descrever a auto percepção dos profissionais do Sistema Socioeducativo sobre capacitações, condições de trabalho, rede de apoio e satisfação pessoal e profissional.	Estudo transversal	Distrito Federal	Servidores em geral.	Terapia Ocupacional
04	Avaliar o conhecimento e dificuldades dos profissionais de centros socioeducativos na realização de triagem e intervenção breve (TIB) em adolescentes em conflito com a Lei.	Estudo Transversal	São Paulo	Equipe técnica (assistente social e psicólogo)	Não identificado
05	Compreender a relação entre adulto e adolescente à luz dos conceitos de identificação e autoridade	Estudo de caso	Minas Gerais	Agentes socioeducadores	Psicanálise
06	Desenvolver tarefas com os socioeducadores que ajudassem na construção de uma sensação de segurança a partir do conhecimento e domínio de técnicas necessárias para a garantia da integridade física e psicológica dos adolescentes e dos colaboradores.	Relato de experiência	Bahia	Agentes socioeducadores	Psicanálise/ Psicologia Social
07	Refletir sobre o conceito de responsabilização juvenil	Estudo de caso	Vários estados	Servidores em geral	Teoria Bakhtiniana
08	Apresentar relato de experiência de um processo de orientação em grupo cognitivo comportamental, desenvolvida com socioeducadores	Relato de experiência	Paraná	Agentes socioeducadores	Cognitivo-comportamental
09	Compreender a percepção dos professores acerca do fenômeno da violência dirigida ao professor, discutindo as especificidades das relações de ensino aprendizagem, marcadas pelas características de uma escola inserida no sistema socioeducativo	Estudo de caso	Não identificado	Professores	Não identificado
10	Analisar as representações sociais da mudança de práticas sócio-educativas entre funcionários da FEBEM-SP	Estudo de caso	São Paulo	Servidores em geral	Teoria das Representações Sociais de Moscovici
11	Verificar o conteúdo e a estrutura das representações sociais sobre o desenvolvimento, dando ênfase à questão da adolescência.	Estudo de caso	Pernambuco	Agentes socioeducadores (assistentes de desenvolvimento social – ADS)	Teoria das Representações Sociais de Moscovici

Dos objetivos apresentados, pode-se perceber a pluralidade das temáticas dos estudos, entre eles o mal-estar, representações sociais, sexualidade dos adolescentes, mudanças de práticas, violência escolar, responsabilização e segurança. Em relação aos tipos de pesquisa 05 são estudos de caso, 02 são relatos de experiência, 02 são estudos transversais e 02 são pesquisa intervenção. Os artigos aqui classificados como estudo de caso não apresentam de forma explícita qual o tipo de pesquisa que norteia suas produções, mas da leitura do trabalho pode-se inferir que se tratam de estudos de caso.

Quanto aos estados em que as pesquisas foram realizadas, pode-se observar que 04 são da região Sudeste, 02 da região Sul, 02 da região Nordeste, 01 do Centro-Oeste, 01 em múltiplas regiões, e 01 não possível de identificar. Tais dados são importantes de serem observados uma vez que é de ordem dos governos dos estados aplicar as medidas de socioeducação, respeitando as diretrizes do SINASE, mas trazendo as suas idiossincrasias nas formas como são conduzidas as diretrizes. Cada estado possui suas próprias leis, portarias e nomenclaturas, portanto o trabalho realizado em cada um deles difere uns dos outros, em maior ou menor grau. O panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros (Brasil, 2019), traz comparações em relação aos quesitos técnicos de cada estado (número de unidades, vagas, relação agente por adolescente, entre outros), porém não analisa as diretrizes elaboradas de forma autônoma por cada estado.

Em relação ao grupo de trabalhadores tomado como foco dos estudos, 06 focaram exclusivamente ou majoritariamente agentes de segurança socioeducativo, 03 estudos direcionaram o foco para a equipe em geral dos centros de socioeducação, 01 para os professores e 01 para funcionários da equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais). Essa diferença pode estar caracterizada pela proximidade dos agentes de segurança socioeducativo no dia a dia com os adolescentes, uma vez que este grupo está mais presente no cotidiano e nas relações com os adolescentes que cumprem a medida de internação.

Quanto às abordagens psicológicas ou o marcos teóricos que vem sendo tomados como embasamento na realização dessas pesquisas, identificou-se que a Psicanálise aparece com maior frequência nas análises realizadas, sendo 03 os estudos que a utilizam; seguido da Teoria das Representações Sociais, tomada como referência em 02 estudos; também constam estudos da Teoria Cognitivo-Comportamental, da Análise Foucaultiana do Discurso, da Teoria Bakhtiniana, e da Terapia Ocupacional (cada uma tomada como embasamento em um estudo). O estudo de Garcia e D'Angelo (2019) não explicita qual a teoria utilizada, sendo a conclusão a respeito da Teoria Foucaultiana uma interpretação da leitura do referido artigo. Os textos de Silva et al (2018) e Silva e Ristum (2010) não especificam e não foi possível interpretar qual o marco teórico utilizado.

Na Tabela 3 estão sistematizadas as informações quanto aos procedimentos metodológicos e as conclusões de cada um dos artigos analisados. Os artigos estão identificados pelo número designado na Tabela 01.

Tabela 3: Procedimentos metodológicos e conclusões dos artigos analisados

	Procedimentos Metodológicos e Conclusões	Citações
01	Com o intuito de compreender o mal-estar dos educadores, uma pesquisadora circulou pela instituição com o intuito de conhecer o cotidiano e se disponibilizar à escuta dos trabalhadores, os quais eram convidados a falar livremente de si e do seu trabalho. O artigo foca mais na possibilidade do encontro da socioeducação com a psicanálise e sua discussão, não tanto nos resultados de tal pesquisa intervenção, porém ressalta as dificuldades do meio de trabalho e a “demonização” social dada aos socioeducadores.	“Quando demonizamos ou vitimizamos os agentes socioeducativos, ou mesmo os meninos, estamos ainda situados em uma posição de pouca escuta, surdos por imagens que nos interpelam acerca das condições de vida e de trabalho desses sujeitos anteriores à experiência de escutá-los” (Gurski, 2019, p.185)

02	O foco do artigo se encontra nas reações da equipe (e do aparato do Estado em geral), em relação a uma jovem trans que chega a uma unidade de internação. Apesar de trazer relatos dos socioeducadores e da equipe técnica, bem como realizar Grupo de Trabalho durante a pesquisa, o artigo relata sobre o desconhecimento e o preconceito demonstrado por alguns agentes ao trabalhar com a jovem, e, em sua maior parte, relata sobre a realidade dos jovens LGBTQI+ dentro do sistema socioeducativo.	“As rodas de conversa se mostraram importantes dispositivos para trazer à tona as questões e tensões relacionadas à temática de gênero, sexualidade e transexualidade. A partir delas foi possível criar espaços de escuta que permitiram que os(as) próprios(as) agentes e outros(as) profissionais discutissem os desafios e propostas para lidar com as novidades, os receios e as possibilidades que a presença de Estrela suscitava no cotidiano institucional” (Garcia & D’Angelo, 2019, p.250-251).
03	Estudo realizado através de formulários sobre o histórico de formação dos profissionais, a percepção de estruturas e condições de trabalho, satisfação pessoal e com o trabalho, e parcerias com a rede de atenção do Sistema Socioeducativo, com os participantes de um curso de formação sobre drogas e direitos humanos, focando na necessidade de formação continuada de tais trabalhadores, bem como uma melhor análise de seus métodos.	“Identificou-se a importância dos processos formativos para uma melhor atuação no trabalho, salientando a necessidade de se analisar e avaliar os métodos de formação utilizados atualmente, de modo a evitar o que foi identificado pelo estudo, que profissionais relatam ter participado de treinamentos, mas não se sentem capacitados para realizar os atendimentos de adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas, revelando uma lacuna entre o que e como estão sendo ministrados os conteúdos nos processos de capacitação profissional e o que, de fato, se repercute na prática profissional e do que ela necessita.” (Oliveira, et al. 2018, p.13)
04	Realização de um curso de 8 horas com assistentes sociais e psicólogos sobre a aplicação da Triagem e Intervenção Breve (TIB – <i>Screening and Brief Interventions</i> – SBI) e da aplicação do instrumento ASSIST (<i>Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test</i>) com os adolescentes em conflito com a lei e usuários de drogas, e uma pesquisa com os funcionários acerca das dificuldades encontradas e conhecimentos a respeito da utilização dos instrumentos. Também reflete sobre as necessidades dos cursos de capacitação para os funcionários, e sua eficácia.	“De maneira geral, nossos resultados mostraram uma leve mudança comportamental nas práticas rotineiras dos funcionários que se submeteram ao curso, em comparação com os não participantes do treinamento. Apesar do treinamento ser necessário, ele não necessariamente muda as práticas de trabalho dos profissionais ou as dificuldades encontradas na vida cotidiana, o que pode levá-los a sentimentos de falta de preparo, desorientação e medo” (Silva, et al., 2018, p.7-8. Tradução livre)
05	O texto faz uma análise sobre quem é o agente socioeducativo e sua formação enquanto profissão dentro do sistema (de agente para socioeducador e os contrapontos presentes na nomenclatura), suas relações e identificações com os adolescentes com quem trabalha, o uso da linguagem e da fala como ponto de autoridade necessária para se lidar com os adolescentes enquanto posição de adulto, e a necessidade dos reconhecimentos dos diferentes lugares (socioeducador/adolescente) e a tomada da responsabilidade.	“Como transformar ‘carcereiros’ em agentes de segurança socioeducativos, ou, dito de outra forma, em educadores responsáveis pelo exercício de uma segurança socioeducativa? O trabalho de um ‘carcereiro ou guarda de prisão’ nos reenvia à ruptura do pacto simbólico quando está ancorado no exercício de um poder sem limites. Enquanto que o trabalho de um educador, ainda que responsável por uma dimensão de segurança, coloca-nos a questão: como passar ao exercício de uma autoridade referenciada simbolicamente? ” (Albuquerque, 2017, p.242)
06	O artigo relata a intervenção com Grupos Operativos com trabalhadores da Socioeducação, através de discussões sobre a realidade do trabalho, bem como sobre a criminalização da pobreza e o contexto dos jovens detidos, e exercícios de defesa pessoal, a fim de elaborar melhores maneiras de manejo das situações de conflito. Na segunda parte do artigo é feita uma	“Este relato de experiência aponta para a necessidade de criação de dispositivos clínicos que contribuam para uma escuta do inconsciente dos socioeducadores em segurança, dado as similaridades e possibilidades de vínculos positivos com os educandos, e que dessa condição possam ser

	elaboração sobre as facções criminosas e suas implicações na vida dos jovens em situação de risco dentro da realidade brasileira.	dirimidos os dilemas desses colaboradores, desmistificando seu papel como meros vigilantes da medida socioeducativa, quando, de fato, as suas atribuições e possibilidades podem ir muito além da vigilância e do controle, se conseguirem elaborar e produzir sob o impacto do próprio trabalho na própria subjetividade”. (Mota, 2016, p.53)
07	O artigo faz uma análise dos conceitos de responsabilização nos documentos oficiais de orientações da socioeducação – com base nos conceitos de responsabilização de Kant e Bakhtin – e, em um segundo momento, uma pesquisa empírica com servidores de diversos estados a respeito da ideia de responsabilização e os conceitos de punição, observando-se as diferentes visões dos operadores em relação às medidas socioeducativas.	“(…) tentou-se aqui problematizar o conceito de responsabilização a partir dos documentos normativos e do ponto de vista dos próprios operadores do sistema socioeducativo. Os resultados do estudo levaram a indicadores de desenvolvimento profissional entre os atores do sistema representados pelos participantes da pesquisa, em direção à posicionamentos mais éticos, marcados pela desvinculação entre responsabilização e práticas punitivas, algo que era recorrente entre as críticas observadas ao sistema socioeducativo”. (Valente & Oliveira, 2015, p.868)
08	O artigo traz um relato de experiência com socioeducadores através de intervenção em grupos realizados a partir da teoria cognitivo-comportamental. Através da descrição da intervenção expõe as dificuldades do trabalhador no dia a dia a partir dos relatos de pensamentos automáticos demonstrados pelos servidores. Relata também uma percepção de melhora em alguns aspectos, ao final da intervenção, entre eles demonstração de autonomia e desenvolvimento de habilidades sociais.	“A última sessão contou com uma avaliação do processo grupal, em que os participantes foram convidados a refletir sobre os efeitos da intervenção em seu cotidiano, assim como discutir sobre as aprendizagens do grupo e avaliação da intervenção. Os socioeducadores relataram que passaram a perceber sua condição e os comportamentos dos adolescentes de forma diferente. A instituição e os socioeducadores avaliaram o processo grupal como positivo, acreditando que o grupo ofereceu respaldo para implementar melhorias nas relações entre os educadores, com a instituição e com os adolescentes”. (Palma & Neufeld, 2011, p.59)
09	O artigo foca nos professores que lecionam nas unidades de internação da socioeducação e a violência escolar sofrida por eles. Através da aplicação de um questionário os professores participantes da pesquisa puderam relatar suas percepções de violência e de que forma ela ocorre nas escolas das unidades de socioeducação, sendo exposto que tal violência ocorre através de gestos, palavras e olhares, além de imposições de poder, vindos tanto dos adolescentes quanto da instituição.	“De acordo com os dados obtidos, essas formas de violência que ocorrem no contexto da sala de aula são concebidas pelos professores como elementos capazes de afetar a atuação dos mesmos por serem geradores de insegurança, desestímulo, medo e dificuldades de relacionamento com os alunos”. (Silva & Ristum, 2010, p.245)
10	O artigo traz um relato sobre as mudanças de postura e ações da socioeducação dentro da FEBEM, a partir da necessidade de erradicação dos métodos de violência utilizados com os menores infratores, enraizados em sua criação, em 1976, época da ditadura militar. Com a Constituição de 1988 e a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a instituição tem o dever de educar e não de punir o jovem infrator. Esse processo de mudança se dá de forma lenta, enfrentando resistências não só institucionais, mas também de seus operadores.	“Percebe-se um longo caminho a percorrer, que pode começar com a mudança das representações. Acredita-se que a mudança das práticas institucionais pode ocorrer num plano microsocial, com grupos minoritários que se posicionem criticamente, façam auto-crítica sobre sua forma de pensar e agir e se contraponham à maioria. A experiência aqui relatada é instigante quanto a refletir sobre a influência das minorias quando uma mudança social é pretendida, incluindo, conseqüentemente, as representações sociais dos sujeitos envolvidos”. (Lima, 2006, p.31)

11	O artigo relata as representações de adolescência que os servidores em contato direto com os adolescentes em conflito com a lei demonstram. Os discursos, ainda muito pautados no determinismo biológico e na responsabilização exclusiva da família e dos pais, possuem uma raiz das ideias de correção e punição.	“É de fundamental importância o rompimento com a doutrina de situação irregular e a adoção da doutrina de proteção integral. Essa traz em seu bojo uma mudança radical no modo de conceber criança e o adolescente, que passam, então, a ser considerados sujeitos de direito. Tais mudanças vão paulatinamente sendo apropriadas pelo senso comum e modificando as concepções e práticas sociais”. (Espíndula & Santos, 2004, p.365)
----	---	---

Na leitura integral dos artigos, foi possível identificar alguns temas que se repetiam de forma análoga em diferentes estudos, propõe-se aqui uma sistematização desses em 7 temáticas principais: (i) autoridade e identificação (o lugar do agente); (ii) justiça e abandono; (iii) consequências do trabalho para a saúde; (iv) de agente “carcerário” a agente socioeducador; (v) as representações sociais dos agentes de socioeducação; (vi) contraposição entre agente e educador; e (vii) focalização predominante nos adolescentes (ou nos resultados do trabalho). Cada uma dessas temáticas será discutida de forma separada, a seguir.

Autoridade e identificação (o lugar do agente)

Texto 05 – “O primeiro aspecto constitui-se da constatação de que frequentemente os agentes e os adolescentes falam da mesma maneira, utilizam as mesmas palavras e expressões e, às vezes, torna-se difícil distinguir aquele que fala: jovem ou adulto. (...) O fato de que os agentes, que, de acordo com a sua função, não deveriam falar igual àquela dos jovens revela uma das questões fundamentais deste trabalho: a problemática da distinção de lugar. Esta que somente pode estar embasada pela construção da diferença. Pergunta-se então: uma fala dita empobrecida, sem fineza, permeada de gritos e palavrões favorece uma indistinção de lugar?” (Albuquerque, 2017, p.243)

Texto 05 – “A palavra investida de autoridade é uma palavra não simétrica, que faz diferença, que funda nossa humanidade. Ou seja, uma palavra que faz autoridade não é aquela de um igual, mas a de alguém que colocamos em um lugar de endereçamento” (Albuquerque, 2017, p.244)

Texto 08 – “Já o IASP (2006) acredita que os socioeducadores devem portar-se de duas maneiras distintas. Em um momento se distanciando, sendo expectador, observando a própria prática, para assim ter um olhar mais crítico e menos emocional. No outro momento, conseguir inserir-se no meio, viver a mesma realidade dos adolescentes, sendo receptivos com os mesmos, conseguindo restabelecer a confiança dos adolescentes, compreendendo e acolhendo”. (Palma & Neufeld, 2011, p.58)

O artigo de Albuquerque (2017) traz considerações a respeito da identificação do agente com o adolescente, a autoridade e a linguagem como meio de representação de ambas. Segundo a autora, a similaridade da linguagem de agentes e adolescentes traria pontos de identificação e complicações no exercício da autoridade perante os internos, concebendo aí uma problemática da distinção do lugar do agente com o lugar do adolescente. Já o IASP, citado por Palma e Neufeld (2011), se trata do Instituto de Ação Social do Paraná, a partir do qual constam cadernos oficiais a respeito da socioeducação e do adolescente, dentro do qual haveria uma orientação de como o socioeducador deveria se portar perante os internos, em um momento ser

figura de autoridade, em outro, figura de identificação. Interessante observar que tal dicotomia aparece não só na interpretação da prática do dia-a-dia, como também das normativas estabelecidas. Qual seria, então, o lugar do agente? Figura autoritária ou figura de identificação?

Justiça e abandono

Texto 05 – “‘Vocês vieram aqui e só fizeram coisas para os meninos’. (...) Nos exemplos, os adultos falam quase como ‘irmãos’ dos adolescentes, trata-se de uma fala ciumenta semelhante àquela falta queixosa dirigida ao pai diante dos benefícios que um irmão teria recebido” (Albuquerque, 2017, p.247)

Texto 08 – “(...) foi possível trabalhar aspectos como crença de injustiça em falas como ‘todo mundo só se preocupa com os adolescentes, e nós?’, ‘nunca vi ninguém escrever uma cartilha sobre os nossos direitos, a gente só tem deveres aqui’, (...) ‘pela primeira vez em dois anos alguém olhou pra nós, todos que vem aqui só enxergam os adolescentes’” (Palma & Neufeld, 2011, p.59-60)

Albuquerque (2017) e Palma e Neufeld (2011) trazem duas perspectivas distintas de frases semelhantes. Albuquerque (2017) interpreta as falas queixosas dos trabalhadores como um dos processos de identificação dos servidores com os adolescentes, a partir de uma perspectiva psicanalítica. Por Palma e Neufeld (2011), em contraponto, tais queixas são tratadas como crenças de injustiça, a partir da perspectiva cognitivo-comportamental. Não cabe aqui entrar em méritos de abordagens teóricas da Psicologia, porém vale-se a elaboração de uma interpretação distinta de ambas, a de que, a partir das falas exemplificadas nos textos, os trabalhadores estariam chamando a atenção para o seu próprio sofrimento. Sofrimento esse não visto, renegado. Estariam assim a chamar a atenção do “pai”, não só em comparação com o irmão, mas como um grito desesperado da dor não tratada, e explicitando a injustiça, não só como crença, mas como necessidade de reparação.

Consequências do trabalho para a saúde

Texto 01 – “A conflitiva cotidiana nos laços dentro da instituição socioeducativa produzem níveis alarmantes de adoecimento físico e psíquico. Tal situação fica bem evidente no volume de pedidos de licenças e atestados, assim como nas ausências psíquicas observadas mesmo com aqueles que estão de corpo presente no dia-a-dia do trabalho” (Gurski, 2019, p.173)

Texto 06 – “Eram recorrentes os relatos no início dos grupos, de sinais de pânico e fobias quando desempenhavam suas tarefas cotidianas e/ou quando existiam situações de conflito” (Mota, 2016, p.48)

Texto 08 – “(...) o trabalho exercido começa a entrar em um conflito motivacional, razão pela qual estes funcionários estão enquadrados no grupo de risco aumentado de desenvolvimento de Burnout” (Palma & Neufeld, 2011, p.57)

Texto 09 – “As outras consequências citadas dizem respeito à saúde física e mental dos profissionais. Consequências como depressão e doenças da mente e do corpo emergiram nos relatos” (Silva & Ristum, 2010, p.244)

A maior parte dos artigos não extrapola as condições de saúde física e mental dos trabalhadores da socioeducação. O estudo de Gurski (2019) é o que mais abrange a temática,

mentionando a questão do absenteísmo e do mal-estar dos trabalhadores, mas ainda assim o faz de forma breve. Os outros artigos ou citam apenas brevemente, de forma a simplesmente constar o dado, ou a temática não se mostra pertinente nas produções. Uma vez que se constata que existe a presença de doenças, físicas ou psíquicas, dentro desta classe de trabalhadores, e não se encontram produções a respeito, identifica-se aí uma lacuna da pesquisa científica a ser preenchida.

De agente “carcerário” à agente socioeducador

Texto 05 – “O percurso de modificação da maneira de selecionar os agentes coincide com as transformações operadas no sistema como um todo para enfatizar o lado ‘socioeducativo’ da medida e alinhar a execução ao ECA. (...) os dois critérios iniciais para escolha dos currículos eram o peso e a altura” (Albuquerque, 2017, p.240)

Texto 10 – “(...) a nova proposta proibiu qualquer tipo de violência física contra o adolescente, que poderia circular livremente em espaços como o pátio. Somente o diálogo deveria ser utilizado para a resolução de conflitos” (Lima, 2006, p.57)

Com a promulgação do ECA, em 1990, e a nova visão da criança e do adolescente como indivíduos de direitos, houve a reformulação das práticas relacionadas aos jovens autores de ato infracional. Tal reformulação não se deu de imediato, e pode-se perceber pelos artigos analisados que o processo se deu (e ainda se dá) ao longo de anos. Lima (2006) retrata um desses processos de modificação em uma instituição, ainda intitulada FEBEM, do modelo de práticas aplicadas durante a Doutrina de Situação Irregular (DSI) para a Doutrina de Proteção Integral (DPI). Nas práticas da DSI eram comuns relatos de violências cometidas contra os adolescentes pelos trabalhadores das fundações em que os mesmos estavam alocados. A nova forma vem contra tais práticas, o que ocasiona a reformulação do sistema, que se passa a chamar socioeducação.

A partir de tal reformulação, faz-se necessária a modificação dos perfis e das contratações dos trabalhadores. Aqueles que atuavam na “linha de frente” da socioeducação passaram a ser chamados de socioeducadores. As contratações, por outro lado, continuaram sendo feitas de forma incondizente com o novo modelo, como o relatado por Espíndula (2004), onde as contratações são descritas como terceirizadas de empresas de vigilância e segurança. Ou ainda como o mencionado por Albuquerque (2017), onde os critérios de contratação no início dos processos de mudança eram pelo peso e altura dos candidatos, demonstrando a necessidade de força física para o trabalho. Atualmente, as contratações se dão por meio de concurso público ou processo seletivo simplificado, porém muitos servidores se mantêm desde as mudanças de práticas, e ainda se possuiu um imaginário social a respeito do trabalho nos centros de socioeducação. De acordo com Albuquerque (2017): “evidentemente não se pode dormir ‘guarda de prisão’ e acordar socioeducador. Trata-se de um longo processo que atravessa avanços e recuos, e que reflete a modificação da própria execução das medidas socioeducativas” (p.242)

As representações sociais dos agentes de socioeducação

Texto 01 – “A ideia de abrir um espaço de fala aos agentes também surgiu com a percepção de que se operava uma espécie de ‘demonização’ desses trabalhadores, ou seja, muitas queixas e relatos de situações de crueldade e sadismo deles na direção dos meninos. O interessante é que, além da fala dos

meninos, tal 'demonização' aparecia também nas narrativas das bolsistas-pesquisadoras, para quem os agentes, por um tempo, representavam o 'problema da socioeducação'” (Gurski, 2019, p.172)

Texto 08 – “(...) foi possível detectar alguns outros pensamentos automáticos que permeavam a discussão, sendo eles 'eu sinto vergonha do meu trabalho' e também 'as pessoas nos culpam pelas infrações dos adolescentes'. Segundo Lourenço (2010) os educadores são vistos pela sociedade de forma pejorativa, carregando a fama de serem pessoas desprovidas de sensibilidade, torturando os internos” (Palma & Neufeld, 2011, p.59)

Texto 10 – “Desde sua criação, a FEBEM-SP é alvo de críticas por parte de diversos segmentos, sobretudo a imprensa, devido a seus métodos coercitivos e punitivos” (Lima, 2006, p.56)

Se a mudança de práticas ocorre há pouco tempo e de forma lenta, a mudança do imaginário social e do senso comum ocorre de forma ainda mais lenta. Como Lima (2006) traz, a antiga FEBEM era criticada por suas práticas violentas. Considerada como um antro de horrores e tortura, lugar para o qual crianças e adolescentes eram ameaçados pelos seus pais de conhecer, como medida de disciplina e lição de respeito das normas sociais. A instituição era então uma entidade fantasmagórica, o bicho papão das crianças de mão leve, e manteve seu status atravessando gerações. Tais noções, enraizadas no senso comum, são difíceis de serem dissipadas, estando ainda presentes no imaginário de muitos.

Tal afirmação é possível de ser vista nos trechos dos artigos de Gurski (2019) e de Palma e Neufeld (2011). Os agentes são vistos ainda como aqueles que agridem os adolescentes, aqueles que impedem com que o trabalho socioeducativo seja realizado de forma correta e em consonância com a teoria, e são vistos dessa forma também por aqueles que são encarregados das pesquisas e produções científicas. Não obstante a dificuldade de se encontrar artigos e produções científicas a respeito do trabalhador da socioeducação, de seu sofrimento, suas necessidades, uma vez que tais trabalhadores são, como dito por Gurski (2019), demonizados.

Contraposição entre agente e educador

Texto 01 – “Que efeitos ocorrem na prática cotidiana dos agentes quando se demanda deles por um lado educar e, por outro, vigiar?” (Gurski, 2019, p.173)

Texto 02 – “(...) aponta para uma questão pertinente que é a relação de incerteza que estes profissionais têm com suas práticas, estando inseridos em um contexto em que, de maneira ampla, educação e punição se confundem nas práticas cotidianas e nas normativas” (Garcia & D'Angelo, 2019, p.254)

Texto 05 – “A denominação 'de segurança socioeducativo' expõe a dura função de conciliar as dimensões de segurança e educação. O desafio da função aparece manifestadamente no nome do cargo” (Albuquerque, 2017, p.245)

Texto 08 – “Não obstante, os funcionários responsáveis pela socioeducação sofrem frustrações em função da realidade antagônica, como agente reabilitador e agente de segurança” (Palma & Neufeld, 2011, p.57)

Texto 10 – “...vai ter que chegar um momento que ela (a instituição) vai ter que se definir... se ela pune o jovem que cometeu ato infracional ou se ela educa esse

jovem... porque fica um duelo muito grande entre educar e punir...”, relato de trabalhador. (Lima, 2006, p.60)

Se a visão da sociedade sobre os agentes é marcada por um ideal de punição e violência, a nomenclatura “agente de segurança socioeducativo” é motivo de dúvida para os próprios trabalhadores. Diversos dos artigos analisados apontam a questão do antagonismo presente no nome do cargo. Afinal, o trabalhador está lá para educar ou para vigiar? O contraponto discutido na temática de identificação e autoridade se dá aqui de forma mais explícita. Supondo-se que as normativas indiquem que os trabalhadores devem educar e vigiar – o Projeto de Lei nº122 de 2019 declara que compete aos agentes de segurança socioeducativos “o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos socioeducativos” – a própria prática do trabalho se constitui de uma relação antagônica.

Focalização predominante nos adolescentes (ou nos resultados do trabalho)

Texto 02 – “(...) o acontecimento Estrela permitiu uma série de movimentos que se desdobraram em ações e estratégias” (Garcia & D’Angelo, 2019, p.254)

Texto 03 – “Identificou-se a importância dos processos formativos para uma melhor atuação no trabalho” (Oliveira et al, 2018, p.13)

Texto 04 – “Considerando a percepção dos profissionais deste estudo acerca da aplicação do TIB, (...) as ações devem ir além dos treinamentos” (Silva et al, 2018, p.7-8, tradução livre)

Texto 05 – “Algumas intervenções institucionais poderiam incidir sobre esse modo de se servir da palavra, contribuindo assim, para a distinção de lugares no interior da instituição e para o consequente exercício de uma autoridade” (Albuquerque, 2017, p.252)

Texto 07 – “(...) pode-se ter melhor compreensão sobre o fenômeno da responsabilização dos adolescentes que cometeram atos infracionais da visão dos operadores do sistema socioeducativo” (Valente & Oliveira, 2015, p.867)

O foco da maioria dos artigos analisados não trata dos trabalhadores da socioeducação, mas de seus resultados de trabalho e de suas relações com os adolescentes. O artigo de Garcia e D’Angelo (2019) foca nas mudanças ocasionadas pela menina trans que se insere no contexto socioeducativo. O artigo de Oliveira et al (2018) traz as percepções de trabalhadores sobre capacitações a respeito de drogas, visando a melhoria do atendimento ao adolescente. O artigo de Silva e Micheli (2018) discorre a respeito da capacitação de trabalhadores para a utilização do TIB com os adolescentes. O artigo de Albuquerque (2017), se debruça de forma profunda nas relações entre agentes e adolescentes e conclui a respeito da questão da autoridade e de possíveis intervenções necessárias para sua melhor aplicação. O artigo de Valente e Oliveira (2015) relata as ideias dos trabalhadores acerca da responsabilização dos adolescentes, focando na questão da punição. Lima (2006) foca na questão da mudança de práticas e na forma que os trabalhadores enxergam. Por fim, Espíndula e Santos (2004) retrata a forma como os trabalhadores enxergam a adolescência, e mais ainda, os adolescentes atores de atos infracionais.

Alguns artigos, em contraponto, colocam um olhar mais atento ao trabalhador. O artigo de Gurski (2019) relata a escuta do trabalhador e de seu mal-estar, porém seu foco maior está na utilização e descrição da escuta-*flânerie* e os efeitos éticos e metodológicos da interação entre a Psicanálise e a socioeducação. No relato de Mota (2016) é possível identificar um foco maior em relação ao trabalhador, a partir das descrições feitas sobre as intervenções realizadas com os grupos de trabalhadores, porém a autora desloca o foco para a questão das facções e a necessidade de compreensão dessas para compreender o contexto em que os adolescentes estão inseridos. A publicação de Palma e Neufeld (2011) relata a intervenção realizada com socioeducadores, na qual relata entrevistas sobre qualidade de vida e consequências psicológicas vindas do trabalho, com o intuito de melhorar tal qualidade de vida e reestruturar pensamentos disfuncionais. O artigo de Silva e Ristum (2010) trata da questão da violência escolar, especificamente dentro dos centros de socioeducação de internação, e a forma que isso afeta o trabalho do professor atuante dentro da instituição.

A presente discussão apresentou um foco predominante no agente de segurança socioeducativo, uma vez que entre os artigos levantados, aqueles que conduzem a discussão com e sobre o trabalhador, como demonstrado, são artigos que focalizam esta categoria de profissionais. Uma vez que o presente trabalho pretende identificar lacunas na produção científica brasileira na área de Psicologia, o corte aqui escolhido e as bases de dados utilizadas restringem a abrangência para produções de outras áreas, as quais podem apresentar discussões focadas em outros profissionais.

Cabe destacar que os únicos artigos que focam mais no trabalhador são os mesmos mencionados na temática sobre a saúde, mas os autores não realizam uma análise aprofundada da questão. A saúde, o mal-estar, é contraponto das intervenções ou objetivos de pesquisa, mas não se dá, em nenhum dos artigos, uma investigação ou análise aprofundada a respeito das causas de suas mazelas.

Conclusões e Considerações Finais

A socioeducação é um tema que atrai pesquisadores, porém a maior parte das produções referentes ao tema trazem como foco o adolescente autor de ato infracional. Indubitável a importância de pesquisas que analisem como esse serviço é realizado e o quanto ele está de acordo os preceitos de direitos humanos e com as normas constitucionais. Contudo, para que esta política pública seja efetiva, é necessário, também, direcionar esforços para aqueles que executam a política, como os trabalhadores da socioeducação.

Por meio do presente trabalho, foi possível identificar que poucas pesquisas são elaboradas com o trabalhador em foco, apesar da constatação de que tais trabalhadores possuem queixas a respeito de sua saúde e qualidade de vida, bem como quanto às possibilidades de realizar o trabalho na socioeducação. Os resultados da RSL indicam a necessidade de realização de estudos voltados aos servidores da socioeducação que possam compreender a realidade desses profissionais e nortear possibilidades de intervenção e pesquisas em Psicologia para essa categoria profissional.

Referencias

Albuquerque, B. S. (2017). O agente de segurança socioeducativo: Reflexões sobre a relação adulto e adolescente no contexto socioeducativo. *Psicologia em Revista*, 23(1), 237-255. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p237-255>

Barradas Barata, R. de C. (2016). Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *Revista Brasileira De Pós-Graduação*, 13(30). <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.947>

- Bisinoto, C., Oliva O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorin, G. G., & Stemler, L. A. S. (2015). Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 575-585. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.28456>
- Brasil. (2002). *Cadernos de Atenção Básica. Caderno 5*. Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5_2ed.pdf
- Brasil. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos e CONANDA. <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>
- Brasil. (2019). *Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros*. Conselho Nacional do Ministério Público. https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/programas-socioeducativos_nos-estados-brasileiros.pdf
- Espíndula, D. H. P., & Santos, M. F. S. (2004). Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo*, 9(3), 357-367. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000300004>.
- Galvão, T. F., Pansani, T. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2). <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Garcia, A. M., & D'Angelo, L. B. (2019). Corpos Trans* na Medida Socioeducativa de Internação: Desestabilizando Práticas e Produzindo Novidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(3). <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229281>.
- Gurski, Rose. (2019). A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e socioeducação. *Tempo psicanalítico*, 51(2), 166-194. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382019000200009&lng=pt&tlng=pt
- Lima, R. C. P. (2006). Mudança das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 56-62. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100008>
- Mota, E. B. (2016). A socioeducação nos tempos de cólera. *Revista EPOS*, 7(2), 42-54. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2016000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Oliveira, T. M., Silva, M. N. R. M. O., Souza, D. K. P., Souza, F. V. L., & Gallassi, A. D. (2018). Autopercepção dos profissionais do sistema socioeducativo do Distrito Federal/Brasil a partir de um processo de formação sobre drogas e direitos humanos. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-15. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000400013&lng=pt&tlng=pt.
- Palma, P. C., & Neufeld, C. B. (2011). Intervenção cognitivo-comportamental em grupo de socioeducadores: um relato de experiência. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 7(1), 55-61. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872011000100010&lng=pt&tlng=pt.

Silva, J. O., & Ristum, M. (2010). A violência escolar no contexto de privação de liberdade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 232-247. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200002>.

Silva, A. S. (2014). *Do Menor Infrator ao Adolescente em Conflito com a Lei: um estudo sobre o sistema socioeducativo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17732>

Silva, M. A. A., Andrade, A. L. M., & Micheli, D. (2018). Evaluation of the Implementation of Brief Interventions to Substance Abuse in a Socieducative Context. *Psicologia em Pesquisa*. 12(1), 92101. <https://dx.doi.org/10.24879/2018001200100125>